

Signo Ideológico “Eloquência”: uma Análise Discursiva de um Manual de Fala pública do século XX

DOI:10.47677/gluks.v25i02.535

Recebido: 07/05/25

Aprovado: 15/08/25

SANTOS, Cássia dos ¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo identificar e descrever como são formuladas as passagens escritas que nos permitem visualizar aspectos relativos à eloquência na obra *A arte de falar em público: retórica eloquência: acadêmica, parlamentar, forense, eclesiástica*, publicada por Silveira Bueno em 1947. Investigaremos a hipótese, a ser confirmada ou refutada, de que, na obra em questão, a eloquência aparece como uma faculdade natural, inatingível por aqueles que, por algum motivo, não a receberam. Nos valem de alguns pressupostos teórico-metodológicos postulados pelos autores do Círculo de Bakhtin, em especial, da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (Volóchinov, [1929] 2017). Ao analisarmos a obra, concluímos que a eloquência, como signo ideológico, reflete e refrata alguns saberes da época em que foi escrita, a eloquência é concebida na obra de Bueno como algo dado naturalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Signo Ideológico, Eloquência, Retórica, Círculo de Bakhtin.

Introdução

Para Fiorin (2014), às teorias do discurso não podem se limitar apenas à microanálise linguística, embora, eventualmente, possam servir-se dela.

Isso significa que as teorias do discurso devem levar em conta dois aspectos: de um lado, a organização das unidades discursivas transfrásticas; de outro, o modo de funcionamento real do discurso, ou seja, seu caráter dialógico. Para isso, é necessário revisitar a tradição clássica. Aristóteles, seguindo uma longa tradição, divide os raciocínios em necessários e preferíveis (1991, I, 2, 1356b-1358a; 2005b, I, 1; II, 27). O primeiro é aquele cuja conclusão decorre necessariamente das premissas colocadas, ou seja, sendo verdadeiras as premissas, a conclusão não pode não ser válida. As premissas são as proposições, as ideias, de que se parte para chegar a uma conclusão.

¹ Mestre em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda em linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente desenvolve pesquisa de doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ao investigar aspectos linguísticos da obra *Grande Sertão : Veredas*, de João Guimarães Rosa. Campos de interesse: Eloquência; Discurso Literário; Discurso Político.

O número expressivo de materiais que se dedicam ao tema da fala pública indica uma forte tendência à prescrição sobre os modos como as pessoas devem se expressar, seja na fala ou na escrita. Nas mais diversas livrarias, em feiras de livros e vídeos vinculados ao *Youtube*, os termos “como falar em público” são manifestos. Nesse estudo, cabe identificar o signo ideológico eloquência que dialoga com outros signos ideológicos, como retórica, oratória, fala pública etc. Com base nisso, investigamos o que se diz sobre os gêneros retóricos em alguns escritos de Bakhtin e o Círculo.

Da antiguidade até hoje, estudaram-se os gêneros retóricos (demais, as épocas subsequentes, pouco acrescentaram à teoria antiga); aí já se deu mais atenção à natureza verbal desses gêneros como enunciados, (à diferença da conclusibilidade do pensamento), etc. Ainda assim, também aí a especificidade dos gêneros retóricos (jurídicos, políticos) encobria sua natureza linguística geral (Bakhtin [1952 – 53] 2016, p. 13).

O autor menciona no excerto supracitado que a questão geral dos gêneros discursivos nunca foi verdadeiramente colocada, devido à longa tradição de estudos voltados aos gêneros literários e retóricos. O tema dos gêneros retóricos ocupa, portanto, as primeiras páginas do texto de Bakhtin, é a partir da menção a eles que Bakhtin problematiza o processo de formação e reelaboração dos gêneros primários e secundários. A tradição retórica, as narrativas literárias e os estudos discursivos nos ajudam a percorrer um ou mais entendimentos possíveis acerca do signo ideológico “eloquência”.

De acordo com Acízelo de Souza (1999), a retórica nasce do conflito marcado entre duas figuras históricas, *Gelon* e *Hieron* ao visarem povoar a Magna Grécia (atual Sicília). Segundo o autor, essas figuras “transferem populações, expropriam e redistribuem terras”. Ao serem “depósitos numa rebelião, abrem-se processos para a devolução das propriedades aos antigos donos” (Souza, 1999, p.6). Consequentemente, há uma mobilização dos grandes júris populares, nos quais as partes envolvidas necessitavam da retórica para defender seus interesses. É a partir do conflito, que os recursos da eloquência são organizados. É no conflito que se manifestam os debates, os contratos por meio da palavra, os julgamentos, as confissões, as sentenças, a condenação propriamente dita por via judiciária. Tanto Córax (490-430 a.C.), quanto seu discípulo Tísias (480 a.C.), foram popularmente conhecidos como os primeiros a formular a *técnica retórica*, isto é, como falar e o que falar, diante do júri.

Sobretudo, podemos destacar, mesmo que resumidamente, que os estudos de Retórica na sociedade romana tiveram grande relevo entre os estoicos, ganhando notável destaque no Império de Augusto (século I. a.C. – I. d.C.) (Souza, 1999).

No período helenístico, Aristóteles identificou regras no campo da retórica, ao dedicar “um tratado específico destinado à sua ampla influência, concebendo-a como técnica rigorosa de argumentação e como arte de estilo, além de estudá-la sob os pontos de vista do *ethos* do orador e do *pathos* dos ouvintes” (Souza, 1999, p.7). Na sociedade Romana, Cícero a desenvolveu, com base nos postulados, demonstrando o caráter indissociável entre retórica e filosofia. Quintiliano postulou os seus ensinamentos retóricos ao dedicar-se ao campo da educação (Souza, 1999). Na Alta Idade Média, Agostinho de Hipona (IV-V) e Cassidoro (séculos V-VI) apresentam a retórica num contexto cristão. Agostinho (2011) revisita a retórica da antiguidade clássica com a finalidade de direcionar esses estudos para o discurso religioso, defendendo que a palavra só tem valor quando está a serviço da verdade (Perelman, 1993). Nesse sentido, os estudos medievais são dedicados ao desenvolvimento de uma hermenêutica das escrituras sagradas. Após um período relativamente longo de esquecimento, a retórica é, aos poucos, retomada no Renascimento. No século XVI, período da Reforma e da Contrarreforma, Pedro Ramus desenvolveu uma retórica literária que traduzia os embates entre o *ethos*, presente na racionalidade protestante, e o *pathos*, típico da paixão católica (Perelman, 1993). Assim, pode-se dizer, que as práticas retóricas como fenômeno permeia as mais diversas culturas.

No contexto brasileiro, a retórica foi apresentada por meio de compêndios, também chamados de *lições*, *teses* ou *apostilas*. No século XIX, essas obras tiveram um grande papel na educação brasileira, eram utilizadas como livros didáticos por professores para ensinar literatura nas escolas de ensino médio. De acordo com Brandão (1988) esses livros:

Satisfaziam a dois pressupostos básicos de ensino da época: a positividade dos princípios, o que lhes “conferia” existência e autoridade; e a saturação da informação, o que lhe “garantia” permanência e comunicação. Dogmatismo e, às vezes, ingenuidade, bem como uma sensação de mesmice é o que fica aos olhos de hoje daquilo que para o século passado representava “a verdade da doutrina” e “o papel pedagógico” da repetição (Brandão, 1988, p. 45).

Os poucos que tinham acesso à educação no século XIX e, portanto, a esse tipo de livro que cumpria uma função de ferramenta pedagógica, pertenciam a uma camada economicamente privilegiada na sociedade da época (Brandão, 1988). De acordo com

Brandão (1988), a tradição do ensino jesuítico ecoava nos estudos de literatura e de retórica, tanto nos aspectos formais quanto nos aspectos ideológicos, de modo que o caráter pedagógico e prescritivo do ensino ocorria por meio de lições.

Dessa forma, havia um interesse pelo aperfeiçoamento da eloquência, a busca de dominar a oratória, de compreender os usos da língua de uma classe dominante e de preservar os saberes do passado. Brandão destaca que “a retórica sempre foi considerada muito mais do que uma disciplina específica do campo literário, mas ela é o lugar de encontro dos interesses sociais como repositório de conhecimentos, como sistema de valores e instrumento de ação” (Brandão, 1988, p. 55). A retórica é um repositório de conhecimentos, que compartilha e preserva as memórias acerca do que é falar em público, refletindo os pensamentos a respeito dos usos atribuídos à língua no campo da fala pública.

Demonstrado esse panorama da tradição da retórica, justifiquemos a escolha da temática da eloquência apresentada por Silveira Bueno a ser abordada no presente artigo. O autor da obra que escolhemos, o filólogo Francisco da Silveira Bueno, publicou algumas obras ao longo de sua carreira, como *A arte de escrever* (1952), *Estilística Brasileira; o estilo e suas técnicas* (1964). É autor de manuais de oratória e dicção das décadas de 30 à 60. Destacamos ainda, através dos estudos de Souza (1999), que Bueno publicou obras como o *Manual de califasia, califonia, calirritmia e arte de dizer*, sendo a segunda edição de 1939, a obra que teve ao todo sete edições, a última foi publicada em 1966. E por fim, podemos mencionar *A arte de escrever / A arte de falar em público*, que foi publicada a primeira vez em 1933 e era direcionada aos alunos do quarto ano ginásial, que hoje equivale ao 9º ano do ensino fundamental, do Mackenzie College. Cabe ressaltar que, no contexto escolar da primeira metade do século XX, o ensino brasileiro era um privilégio das classes mais abastadas (Soares, 2011). O objetivo era, portanto, fazer com que os estudantes mais pertencentes à elite brasileira da época, tivessem um domínio da norma padrão culta do português brasileiro nos mais diversos contextos, conforme as adequações da língua escrita ou falada da época.

A temática aqui abordada surge a partir de uma reflexão acerca do que se diz a respeito do corpo, da língua e da voz em um manual de fala pública brasileiro do século XX, no qual são constantes as menções a respeito da eloquência. Nessa obra, a eloquência assume um caráter prescritivo.

A obra *A arte de falar em público: retórica eloquência: acadêmica, parlamentar, forense, eclesiástica*, de Silveira Bueno, de 1947, (4ª Edição), objeto de análise deste artigo, prescreve regras sobre como falar em público. A escolha desse material justifica-se por se tratar de um manual instrucional que ensina a falar em público, em uma época marcada pelo banimento da retórica e da poética nos sistemas de ensino brasileiro (Souza, 1999). Em sua composição, essa obra apresenta: um prefácio, seguido de três capítulos intitulados “Não temos oradores...”, “O interesse do público” e “Retórica e Dicção”. O manual é dividido em duas partes, sendo que a primeira diz respeito a eloquência e assuntos relacionados a essa temática e a segunda aborda acerca dos gêneros da eloquência. Ao todo a obra é dividida em sete capítulos e contabiliza duzentas e quarenta e três páginas.

Para os nossos propósitos, nos dedicamos por ora a sua primeira parte, haja vista que identificamos e selecionamos algumas passagens que compreendem o tema que nos compete. O nosso objetivo, ao estudar esse enunciado, é o de identificar e descrever como são formuladas as passagens escritas que nos permitem visualizar aspectos relativos à eloquência. Diante disso, este trabalho pretende investigar a hipótese, a ser confirmada ou refutada, de que no material em questão a eloquência aparece como uma habilidade inata, isto é, um “dom natural”, inatingível por aqueles que, por algum motivo, não a receberam. Dessa forma, convém começar pela exposição da fundamentação teórica adotada.

2. Fundamentação teórica

A escolha de trabalhar com um manual de retórica instrucional que é, a nosso ver, um enunciado, tal como postulado por Bakhtin (2016 [1952-1953]) - uma unidade da comunicação discursiva e um acontecimento único no tempo e espaço, não podendo assim ser repetido, mas citado - se deve ao fato de que observamos o reconhecimento de considerável importância atribuída à fala pública, à oratória de maneira geral e, mais particularmente, à eloquência.

Neste artigo, a “eloquência” será concebida como um signo ideológico. Um signo exterior que “existe em um sistema ideológico coletivo e surge no processo de interação entre indivíduos socialmente organizados” (Grillo; Américo, 2017, p.367). O signo eloquência materializa uma ideologia, posto que ao ganhar uma ênfase social e adquirir um tema, reflete uma realidade. De acordo com Volóchinov:

O signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante. As categorias de avaliação ideológica (falso, verdadeiro, correto, justo, bom etc.) podem ser aplicadas a qualquer signo. O campo ideológico coincide com o campo dos signos. Eles podem ser igualados. Onde há signo há também ideologia. Tudo o que é ideológico possui significação sónica (Volóchinov, [1929] 2017, p.93).

Enquanto signo, ele é parte da realidade, a qual ele pode refletir e refratar. Em uma esfera ideológica, há um modo a partir do qual o signo se realiza em sua relação com as categorias de avaliação como (falso, verdadeiro, correto, justo, bom). A materialização de todo e qualquer fenômeno ideológico é dada em algum material que é diverso. Trata-se do som, mas também da cor, de um livro ou de qualquer objeto que signifique. A consciência é materializada efetivamente em um material sónico e a sua compreensão é por meio da sua relação com outros signos. De acordo com Volóchinov, a palavra é “*o fenômeno ideológico par excellence*” (Volóchinov, [1929] 2017, p.93), e é por meio do material da palavra que podemos explicitar as nuances ideológicas, as principais formas da comunicação dos signos.

É a partir das relações entre elementos materiais que surgem os elementos imateriais, dentre os quais está a ideologia (Engels; Marx, 1998), e a ideologia se materializa nos signos.

Para Volóchinov, os temas estão estreitamente relacionados por um regime político-ideológico (Volóchinov, 2017 [1929]). Portanto, todo signo compreende um tema e todo tema recebe uma ênfase social, que, por sua vez, é plenamente ideológica, já que “uma significação única e determinada, isto é, um sentido único pertence a qualquer enunciado como uma totalidade” (Volóchinov, 2017 [1929], p. 227). O sentido da totalidade do enunciado será chamado de seu tema.

Em “Marxismo e filosofia da Linguagem” (2017 [1929]), o problema do estilo é abordado a partir das formas de transmissão do discurso alheio. O autor discute que o discurso alheio “é o discurso dentro do discurso, o enunciado dentro do enunciado, mas ao mesmo tempo é também o discurso sobre o discurso, o enunciado sobre o enunciado” (Volóchinov, 2017[1929], p.249). Dessa forma, nossos enunciados incorporam e ressignificam enunciados alheios. Quando o sujeito enuncia, seu enunciado não pode ser totalmente novo, à medida que traz, de maneira mais ou menos implícita, enunciados de outrem. Sempre que o sujeito enuncia, o contexto atualiza o sentido de acordo com a situação concreta em que o enunciado se realiza. O estilo é o elemento que melhor nos indicará o posicionamento ideológico do

Gláuks: Revista de Letras e Artes- mai/agos, 2025 - ISSN: 2318-7131-Vol.25, nº 2 6

autor, uma vez que a ideologia se materializa em suas escolhas lexicais. Justificamos a escolha desses conceitos, pois a obra de Silveira Bueno (1947), reflete as ideologias da época em que foi escrita, daí a importância de abordarmos o estilo e o tema.

Os conceitos apresentados nos auxiliarão no desenvolvimento das análises a seguir, servindo-lhes como principal aporte teórico.

3. Análise do signo Ideológico “eloquência”

O título da obra: *A arte de falar em público: Retórica e Eloquência* (Bueno, 1947), indica os temas a serem tratados, principalmente no subtítulo, são eles a retórica e a eloquência, temos então a escolha lexical do autor “Retórica e Eloquência” que indica o eixo temático a ser tratado no enunciado. Tratam-se, ambas, de formas de “arte de falar em público”. O termo “arte” retoma grandes clássicos de temas semelhantes, como a *Arte Poética* de Horácio (publicado em 19 a.C.). Falar com arte é refinar engenhosamente aquilo que se diz, de acordo com uma realidade social, algo que remete ao estilo do orador, já que o autor esclarece que “não é a decadência da retórica que é evidente e sim, a decadência dos oradores” (Bueno, 1947, p. 1).

O título do capítulo I é “Qualidades intrínsecas do orador”. Esse capítulo se inicia com um breve sumário, no qual constam os seguintes tópicos, que serão desenvolvidos pelo autor:

A eloquência. A retórica. Utilidades. Fins. Poeta nascitur et orator fit. A natureza e a arte. Os dotes do orador: o talento. Exemplo S. Paulo. A memória: o uso dos esquemas. A imaginação: exemplo de Rui Barbosa e Eduardo Prado. A inspiração: exemplo de Coelho Neto. A sensibilidade. A aparência. A voz. A dicção (Bueno, 1947, p. 15).

Cada uma dessas partes discorre sobre o problema da eloquência e sua relação com a oratória. Em nossas análises buscamos aproveitar da melhor maneira possível aquilo que corresponde com nossos propósitos de investigação. Na medida em que esses tópicos são “Qualidades intrínsecas do orador”, são concebidos pelo autor como “dons” e “dotes” “naturais”, como veremos a seguir.

Em nosso material de análise, o locutor-autor faz uma pergunta retórica ao seu interlocutor-leitor: “Por que decaem os oradores?” - e responde - “Justamente porque não querem receber o auxílio da Retórica, da Arte da Palavra” (Bueno, 1947, p.1), antecipando as

possíveis respostas de seu interlocutor. Parte-se da premissa de que há uma decadência relacionada à prática da oratória. Essa decadência é de caráter volitivo, o que é indicado pelo verbo modal (querem). O que se nega é uma espécie de dádiva a (receber), qual seja, o “auxílio da Retórica”, isto é, da “Arte da Palavra”. O locutor-autor atribui ao orador decadente uma ausência de volição.

A respeito do contexto extraverbal², está subentendido que o autor desconsidera que, principalmente naquela época, em 1933 (ano de publicação da primeira edição), o acesso à escolarização era negado a boa parte das pessoas (Soares, 2011). Fica subentendido que as relações de classes não são levadas em conta, posto que há uma atribuição de culpa individual pela decadência oratória, quando se trata, antes de tudo, de um conjunto de determinações sociais, relacionadas ao horizonte social³, tanto o mais amplo (a situação socioeconômica do país e sua divisão de classes), quanto o mais específico (a sala de aula).

Esse mesmo excerto se desenvolve da seguinte maneira no decorrer do parágrafo:

Ninguém poderá afirmar se fôr de bom senso, que hoje não nasçam mais homens dotados de eloquência, - o dom natural e espontâneo de falar em público. Se existe a eloquência, deverá existir também a Retórica, isto é, a arte que regulariza, ordena e aperfeiçoa a natural disposição de quem nasceu eloquente (Bueno, 1947, p. 1).

Essa passagem reflete o pensamento de uma dada coletividade, há uma romantização da Retórica, que também é vista como a “Arte da Palavra”. Ao afirmar que naquele horizonte social⁴ não havia mais “homens dotados da eloquência”, reflete um pensamento de que “falar em público” é um “dom natural e espontâneo”. No dicionário Aurélio Online, o substantivo masculino “Dom” tem a seguinte definição:

Qualidade inata, natural; aptidão, talento: tem o dom da pintura. Aptidão natural para algo ruim; tinha o dom de ser chato! Presente oferecido por alguém; dádiva. [Religião] Graça que se recebe de um santo ou entidade espiritual⁵.

² De acordo com Volóchinov ([1929] 2017, p. 118-119): o “contexto extraverbal do enunciado é composto por três aspectos: 1) o horizonte espacial comum dos falantes (a unidade do visível: o quarto, a janela etc.); 2) o conhecimento e a compreensão da situação comum aos dois; e finalmente 3) a avaliação comum dessa situação.

³ De acordo com Grillo e Américo (2017, p. 360): o horizonte social (ou horizonte valorativo) “é constituído pelo conjunto de interesses e valores, sempre em processo de formação, de um determinado grupo social, bem como do autor e do personagem, na transmissão do discurso alheio. A sua ampliação constante provoca a reavaliação e a redistribuição dos sentidos linguísticos antigos”.

⁴ Compreendemos como horizonte social o conjunto de valores e interesses, sempre em processo de formação, de um determinado grupo social (Américo, Grillo, 2017, p. 360).

⁵ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/dom/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

Na definição acima é explicitada a relação entre dom e inatismo, sendo que o termo “natural” aparece logo na sequência do sintagma “qualidade inata”. Se a eloquência é tratada como “o dom natural e espontâneo”, e a retórica como “a arte que regulariza, ordena e aperfeiçoa a natural disposição de quem nasceu eloquente”, temos então um julgamento voltado aos padrões oratórios, mas também aos oradores que são culpados porque “não querem receber o auxílio da retórica”.

Podemos, inclusive, identificar uma contradição lógica, posto que o locutor-autor relaciona o argumento inatista com um argumento de aperfeiçoamento. Aquilo que é um “dom natural” (homens que “nasçam dotados de eloquência”) não pode ser adquirido por meio do estudo. A questão é: a tese de que o estudo da retórica se direciona àqueles que já nasceram com um “dom natural” é exclusiva, na medida em que àqueles que não receberam essa aptidão, sequer têm a chance de serem auxiliados.

Em um outro excerto, identificamos uma menção ao signo ideológico “eloquência”, que é interessante para os nossos objetivos de análise, conforme podemos observar a seguir: “De maneira geral diz-se que a eloquência é a faculdade natural de operar sobre o espírito, o coração e a vontade por meio da palavra” (Bueno, 1947, p. 15). Nesse excerto, o locutor-autor volta a relacionar a eloquência a uma “faculdade natural” e a “volição” (a vontade por meio da palavra).

Em outra passagem, o locutor-autor utiliza como exemplo, em sua obra, a seguinte analogia: “a natureza sozinha não basta: o diamante só adquire valor depois de lapidado e o ouro, em seu estado natural de nada vale” (Bueno, 1947, p. 1) e continua: “assim o eloquente de nascença: só depois que for polido pela Retórica atingirá os supremos efeitos da palavra falada” (Bueno, 1947, p 1). O “ouro natural” refere-se à língua, que ao ser “polida” gera seus efeitos aos interlocutores. O locutor exprime em seu discurso a ideia de que é só por meio do aperfeiçoamento que o interlocutor atingiria os padrões oratórios que devem ser seguidos. A polidez que a fala deve receber trata-se exatamente desse controle – a eloquência como um “dom” divino que precisa ser moldado.

A eloquência é moldada a partir dos interesses de determinados grupos em detrimento de outros; esse aperfeiçoamento é dado nas relações hierárquicas entre aquele que fala e instrui e aquele que, por algum motivo, se adequa, obedece, segue normas, por meio de

instrução e pregação de valores que são compartilhados pelos sujeitos da sociedade da época. Isso se esclarece no seguinte excerto:

Os eloquentes nascem assim; os retóricos se fazem no estudo e na aplicação. Neste sentido é que se diz que o orador se faz e o poeta nasce. Quer dizer, o orador se faz, enquanto por orador compreendemos o homem inteligente e culto, que, dispondo perfeitamente dos recursos todos da retórica, sabe dar conta de um trabalho oral perfeito, em face de qualquer auditório, sem ter demonstrado grande eloquência (Bueno, 1947, p. 17).

A princípio, o autor diferencia os eloquentes dos retóricos em suas habilidades. Para os primeiros essa habilidade é dada, enquanto para os demais é constituída. Ou seja, enquanto os eloquentes “nascem” com a competência de ser eloquente, os retóricos à adquirem mediante “estudo” e “aplicação”. Na compreensão do autor, para que um sujeito seja orador é necessário que seja “inteligente” e “culto”, isto é, não é qualquer pessoa que pode assumir esse papel. De acordo com o autor, aqueles que dispõem “perfeitamente” dos recursos da retórica sabem se comunicar diante de qualquer auditório, a retórica, portanto, auxilia aqueles que querem falar em face de um “auditório”.

De acordo com o autor “quem não nasceu eloquente, não o conseguirá por mais exercícios que pratique, por mais esforços que faça: uma é ser eloquente; outra saber falar em público, conhecer a retórica” (Bueno, 1947, p.16) neste excerto, observa-se novamente a posição ideológica do autor a respeito do signo ideológico eloquência e a interação desse signo com outros signos ideológicos. O locutor-autor mobiliza “eloquente”, “falar em público” e “retórica”, para se referir às práticas de fala pública, há, ainda, o diálogo entre os verbos “ser”, “saber” e “conhecer”. O orador conta, inclusive, com dotes naturais, segundo a visão do autor:

Quais são os dotes naturais que todo orador deve ter? Dividi-los-emos em dois grandes grupos: 1) Dotes internos: talento, memória, imaginação e inspiração, que pertencem à inteligência; sensibilidade e emoção, que pertencem à vontade. 2) Dotes externos: aparência agradável e voz perfeita (Bueno, 1947, p. 19).

Para o autor, por mais que as qualidades do orador sejam adquiridas por meio do estudo e da aplicação, eles também devem contar com os “dotes naturais”. De certa forma, tanto os eloquentes quanto os oradores nascem com uma faculdade natural.

Em um outro excerto, (Bueno, 1947, p.17) defende que:

A eloquência é a faculdade natural de operar sobre o espírito, o coração e a vontade, por meio da palavra. É uma faculdade natural, não adquirida, porque a eloquência é um dom do berço. Quem não nasceu eloquente não o conseguirá, por mais exercícios que pratique, por mais esforços que faça (Bueno, 1947, p. 16 - 17).

A eloquência é uma convenção social, pois varia de sociedade, de culturas, de valores sociais, de épocas etc. Ao falar da eloquência, o autor descreve alguns usos das formas de utilização da língua em alguns campos relacionados às práticas de fala pública. Quando o locutor-autor escreve “falar em público” e “retórica”, remete as regras e lições de retóricas, que podem ser aprendidas por meio de exercícios, mas apenas para quem nasceu eloquente. De acordo com o autor da obra analisada é possível falar em público por meio de regras, mas não necessariamente ser eloquente, há então uma condição imposta: nascer eloquente.

Considerações finais

A obra de Silveira de Bueno, *A arte de falar em público* (1947) reflete e refrata concepções correntes a respeito do campo da fala pública. Dessa forma, as nossas análises mostram que a eloquência é concebida nesse enunciado, como algo dado naturalmente, ou seja, o eloquente é construído nessa obra como dotado de uma habilidade natural de falar em público. Ao passo que a figura do orador, é refletida no enunciado em conformidade com a ideia de uma pessoa dotada de inteligência, que por sua vez, também deve nascer dotado de determinados atributos, que o autor chama de “dotes naturais”.

A retórica se apresenta, na visão do autor, como um conjunto de regras e lições que auxiliam aqueles que não teriam nascido com o “dom” da eloquência. Em algumas esferas do saber, destacamos, por ora, a esfera científica, em que as investigações sobre as relações sociais substituíram aos poucos o discurso de cunho religioso que afirmava a ideia de “dádiva” foi substituída por uma nova racionalidade, a concepção científica do mundo. No entanto, a primeira forma ainda se reflete em nosso objeto de análise.

Identificamos uma aparente contradição lógica no que concerne ao que é dado e o que é constituído em relação às habilidades de se falar em público. O autor não deixa claro, os limites entre o que é um dom natural e o que é adquirido por meio dos estudos e da disciplina.

Cabe ressaltar que as avaliações direcionadas ao exercício da fala pública, como falar bem ou falar mal, são baseadas em convenções arbitrárias a respeito da fala. A eloquência nesta obra aparece como uma competência inata sempre que o autor a identifica como um “dom divino”.

Referências

- BAKHTIN, M. M. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas P. Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016[1952-1953].
- BRANDÃO, R. O. Os Manuais de Retórica Brasileiros do Século XIX. In: PERRONE-MOISÉS, L. *O Ateneu: Retórica e Paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1988, cap. 2, p. 45.
- BUENO, F. S. *A Arte de falar em público: retórica eloquência: acadêmica, parlamentar, forense, eclesiástica*. 4. ed. São Paulo: Livraria Acadêmica; Saraiva & Cia, 1947.
- FIORIN, J. L. Argumentação e discurso. *Bakhtiniana*. Revista De Estudos Do Discurso, 2014, 9(1), p. 53–70 / Eng. 54.
- GRILLO, S.; AMÉRIKO, E. V. Glossário. In: VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. S. Grillo e E. V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2017[1929]. Glossário, p. 360.
- MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Trad. A Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.
- PERELMAN, C. *O Império Retórico: retórica e argumentação*. Trad. Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. Porto: Asa, 1993.
- SOARES, M. Que professor queremos formar? In: SOARES, M. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*. Fortaleza: UFC, 2011. cap. 1, p. 27.
- SOUZA, R. A. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999.
- VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. S. Grillo e E. V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2017[1929].

ELOCUENCIA IDEOLÓGICA DEL SIGNO: UN ANÁLISIS DISCURSIVO DE UN MANUAL DE ORATORIA DEL SIGLO XX

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo identificar y describir cómo se formulan los pasajes escritos que permiten visualizar aspectos relacionados con la elocuencia en la obra *A arte de falar em público: retórica eloquência: acadêmica, parlamentar, forense, eclesiástica*, publicada por Silveira Bueno en 1947. En así, indagaremos en la hipótesis, a confirmar o refutar, de que, en la obra en cuestión, la elocuencia aparece como un “don natural”, inalcanzable para quienes, por alguna razón, no la recibieron. Para ello, nos valemos de algunos presupuestos teórico-metodológicos postulados por los autores del Círculo de Bajtín, en particular, la obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (Volóchinov, [1929] 2017). Concluimos que la elocuencia se concibe en la obra de Bueno como algo naturalmente dado.

PALABRAS LLAVE: Signo ideológico, Elocuencia, Retórica, Círculo de Bajtín.